

**RCD no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.573.827 - SP
(2019/0250105-8)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
REQUERENTE : AIK EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADOS : EVIDET FERREIRA BARBOSA DOS SANTOS E OUTRO(S) -
SP118647
MARCELO MARTINS ALVES - SP143040
REQUERIDO : MILVER MOISES ITAMAR MARTINS PASCHOAL
ADVOGADO : ITAMAR LEÔNIDAS PINTO PASCHOAL - SP027291

DECISÃO

Por meio da petição de fls. 521-524 AIK EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, por meio de seus advogados, apresenta impugnação à decisão de fl. 516 que concedeu a MILVER MOISES ITAMAR MARTINS PASCHOAL os benefícios da gratuidade de justiça.

Para tanto, juntou aos autos os documentos de fls. 525-544, que comprovariam que o Milver "é médico, CRM 157.576, dono de consultório na cidade de Valinhos/SP" com condições de realizar viagens internacionais, conforme "fotos do agravante em viagem pela Polinésia Francesa" (fl. 522).

Em atenção ao princípio do contraditório e da ampla defesa, determinei a intimação de Milver para se manifestar sobre a impugnação à gratuidade de justiça.

Na oportunidade, pleiteou, inicialmente, "a substituição processual de Milver por Itamar", afirmando, ainda, que "no momento do acordo, Itamar fragilizado por duas operações em janeiro e fevereiro de 2019" (fl. 550), juntando os documentos de fls. 555-565.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, indefiro o pedido de substituição processual, uma vez que sem previsão legal.

No mais, o pedido de revogação dos benefícios da gratuidade deve ser deferido.

Conforme documentos juntados às fls. 529-532, o ora beneficiário da gratuidade de justiça recebeu da Prefeitura de Valinhos, SP, no ano de 2018, o valor bruto de R\$ 211.606,58 (duzentos e onze mil, seiscentos e seis reais, e cinquenta e oito

centavos).

Além deste provento, o ora beneficiário também auferia os rendimentos do consultório médico particular do qual é titular e administrador, MF Prestação de Serviços Médicos EIRELI, de nome fantasia "Consultório Dr. Milver Paschoal", inscrito no CNPJ sob o n. 31.489.233/0001-23, com capital social de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme fls. 536-538, além de ser sócio de outra empresa da área médica nominada Rede Médica Emergencial Ltda, inscrita no CNPJ sob o n. 28.301.339/0001-47, conforme fls. 539-544.

Assim, fica evidente que tais rendimentos propiciam ao ora beneficiário um padrão de subsistência que o afastam, de forma peremptória, à condição de miserabilidade ou hipossuficiência, conforme alegado, pois possibilitam, inclusive, viagens ao exterior, como demonstrado nas fotos das redes sociais apresentadas às fls. 533-535.

Ressalte-se que, apesar de oportunizado se defender das alegações aqui expostas, o ora beneficiário ficou-se silente, cingindo-se ao pleito à substituição processual e com juntada de documentos médicos de seu advogado, que não dizem respeito à controvérsia instaurada neste incidente.

Desta feita, a formulação de pretensão contrária à realidade dos fatos, procedendo de modo temerário nos autos ao provocar incidente manifestamente infundado e com intuito manifestamente protelatório, conduz, nos termos dos artigos 80 e 81, ambos do CPC, à condenação ao pagamento de multa por litigância de má-fé que fixo no valor de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa.

Ante o exposto, **revogo os benefícios da gratuidade de justiça concedidos às fls. 516**, e ainda **aplico multa de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa a título de litigância de má-fé**, em razão da formulação de pretensão contrária à realidade dos fatos e do procedimento de modo temerário nos autos ao provocar incidente manifestamente infundado, nos termos do art. 81 do CPC.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente